

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Embu das Artes

Local: Embu das Artes

Data e horário: 14 de abril de 2016, às 18h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Emplasa:

Fernanda de Cássia Araujo Costa
Claudia Leite
Marcel Francisco Veiga

Coordenação Técnica do PDUI:

Marcelo Motta

Coordenação do Conselho Consultivo da Região— Sudoeste Consulti/SSAM

Brígida Sacramento C. Santos.

Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo Conisud

Djalma Gonçalves Almeida

PM de Embu das Artes

José Ovídio Peres Ramos, Secretário Municipal de Planejamento

Sociedade Civil e outros participantes

Ver lista de presença

A audiência municipal de mobilização, dentro do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-

RMSP) foi realizada no município de Embu das Artes. O objetivo desses encontros é mobilizar os cidadãos para discutir e fazer propostas para esse território.

Com uma plateia de mais de 50 pessoas, entre representantes do poder público local e de movimentos sociais, a audiência municipal de mobilização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP) realizada no último dia 14 de abril deve ser considerada exitosa pelas dúvidas que dirimiu e pela esperança que trouxe de maior coerência na defesa dos interesses comuns dos municípios da RMSP. O encontro aconteceu na Câmara Municipal da cidade, a partir das 18h.

Autoridades regionais fizeram a cerimônia de abertura. A mesa foi composta pelo secretário de Meio Ambiente do município e coordenador do PDUI-RMSP na Sub-região Sudoeste, José Ovídio, que falou em nome do prefeito de Embu das Artes, Chico Brito, pela coordenadora da Sub-Região Sudoeste, Brígida Sacramento, que representou o Governo do Estado de São Paulo, e por representantes do Consórcio Intermunicipal da Sub-região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud) e das prefeituras de Cotia e de Embu Guaçu.

A coordenadora do Conisud Brígida Sacramento iniciou a sessão cumprimentando a todos e agradecendo a presença. Ela falou da importância do tema, que "é extremamente importante e vai contribuir muito para o desenvolvimento e a organização da região. Na verdade, quando se fala em Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), nada mais é do que o Plano Diretor Metropolitano. Esse Plano tem que ser construído com a participação de todos: governo e sociedade civil. É fundamental que tenha um entendimento de todos os governantes de que a não aplicação daquilo que for definido acabe implicando em responsabilidade no futuro. Então, é necessário que a comunidade participe, opine e interfira nesse processo. É um momento único para fazer isso, nesse movimento do Plano Diretor, porque ele vai se transformar em Lei e depois que virar lei, então, terá que ser cumprido".

A seguir, o Sr. Djalma Gonçalves, superintendente do Consórcio Intermunicipal da Sub-região Sudoeste da Grande São Paulo (Conisud), fez seu pronunciamento, esclarecendo aos presentes a importância do PDUI e do Conisud, Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste, que abrange oito municípios: Itapeverica da Serra, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Jujutiba, São Lourenço da Serra, Vargem Grande Paulista, Taboão da Serra e Cotia.

Disse que o Conisud é parceiro da Emplasa e do Governo do Estado e entende sua importância assim como sua responsabilidade sobre ao tema. Para ele, absorver e debater políticas públicas de interesse relevante da sub-região nos interesses objetivos e específicos da população como um todo é algo de extrema importância. Informa que vem acompanhando esse trabalho com afinco há três meses, pois entende que as políticas públicas e sociais devem ser construídas de modo participativo.

Os temas que foram tirados do Plano Plurianual de Investimentos foram também transmitidos em discussão no âmbito do PDUI. Ele segue afirmando a necessidade de reaproveitar o extenso estudo que foi feito pelos municípios, representados pelos seus técnicos, e conclui dizendo que espera que a Sub-região seja realmente muito bem representada no PDUI, que é um grande Plano Diretor Metropolitano.

Ovídio finaliza sua intervenção agradecendo e elogiando essa audiência municipal de mobilização, onde a primeira ideia é passar essas intenções de forma rápida para os cidadãos da Sub-região.

Passa a palavra para Fernanda Costa, assessora de planejamento da Diretoria de Gestão de Projetos da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), que abre os trabalhos com a exibição do filme do PDUI-RMSP e a distribuição da Cartilha do Cidadão Metropolitano. Ela agradeceu, em nome da Emplasa, a presença de todos, e explicou, de forma rápida, o escopo do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. A técnica da Emplasa deixou claro que o PDUI é uma exigência do Estatuto da Metrópole e tem prazo até 2018 para virar projeto de lei, contemplando diretamente funções públicas de interesse comum. Apresentou os slides elaborados pela Emplasa¹ sobre os seguintes temas:

- Estatuto da Metrópole.
- O que é o PDUI.
- Processo de elaboração do PDUI.
- Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI."

Após a apresentação foi aberto espaço para perguntas.

Batista: Falo em nome do Instituto Embu, sou conselheiro do Consulti. Em função da importância do PDUI, por que não foi dada mais divulgação para o público de modo em geral? Por que no início isso não foi mais aberto? Dá a entender que a sociedade civil não ficou sabendo disso, até em função da baixa quantidade das pessoas que estão aqui, nesta audiência de mobilização. Pergunto: eu acho que o tema é muito importante para não ter a ressonância que eu acho que ele deveria ter. Você está entendendo? Inclusive não sei até se os prefeitos entenderam a importância desse tema. Obrigado!

Brígida: Batista, sua pergunta é oportuna, mas cabe aqui um esclarecimento. Esse tema começou a ser debatido no Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, composto pelos 39 prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo, e lá se constituiu o Comitê Executivo, que é composto por 10 prefeitos. A partir dessa organização, foi constituída a Comissão Técnica do PDUI, que funciona com reuniões semanais e é

1

¹ -Apresentação é parte integrante deste arquivo

composta por representantes de todas as cinco Sub-regiões e do município de São Paulo.

Então, o que eu acho que hoje falta, Batista, não é o esforço do corpo técnico desta Sub-região, que tem trabalhado incansavelmente. O que falta, é o interesse político, daqueles que estão à frente do poder, e que deveriam estar conduzindo esse processo, porque o não cumprimento do que for decidido vai dar crime de responsabilidade. Depois que o Plano virar Lei é cumpra-se!

Nós acreditamos que esta é uma audiência de mobilização, que ela vai ser difundida de alguma maneira, isso vai para a imprensa, vai para o site das prefeituras, vai para as entidades e, na audiência regional, eu acho que a gente vai conseguir criar um corpo maior, aí vêm os conteúdos, a Emplasa vai estar aí, com todo o material, incluindo até as discussões que estão sendo feitas aqui, com a inserções do filme do PDUI na mídia falada, escrita e televisiva.

Levy: Boa noite! Sou de Cotia e minha pergunta é a seguinte: me parece, pelo que estamos estudando, que São Paulo estaria desconcentrando e havendo uma movimentação da população no território. Ou seja, nossos municípios estão, de certa forma, já há algum tempo, expandindo o seu crescimento em uma sub-região ambientalmente muito frágil.

Então minha pergunta é a seguinte: se São Paulo esta desconcentrando e os fluxos estão vindo para as nossas áreas, qual a capacidade do plano, em primeiro lugar, de financiar esses municípios para que sejam ambientalmente estruturados para comportar o crescimento? E, a segunda questão é sobre parte financeira. O plano dará conta ou nós mesmo teremos que proteger o meio ambiente e direcionar o crescimento de uma maneira pelo menos mais racional?

Fernanda: É bem verdade que São Paulo está se desconcentrando e que isso já está ocorrendo desde a década de 1970/80. Já faz mais de 20 anos que a gente tem essa desconcentração. Alguns estudos da Emplasa, disponíveis na nossa Plataforma do PDUI, mostram a demografia e a pendularidade da população de um município para outro. Agora, quanto ao plano, você falou se o plano seria capaz de financiar os municípios, para fazer face a essa questão?

Na verdade, o plano não faz bem isso. O que o PDUI tem que fazer é olhar essas questões e analisar de que maneira essa pendularidade está afetando as funções públicas de interesse comum. Sendo assim, o plano teria que buscar respostas, quanto ao financiamento. Por lei, o próprio plano é que dirá quais são os programas, os projetos e as ações e de onde virão os recursos que vão dar conta das ações públicas. Já temos o Fumefi (Fundo Metropolitano de Financiamento), mas os recursos são pequenos e muitas vezes inexpressivos frente a grandes projetos, como, por exemplo, o Rodoanel, portanto o recurso terá que ser buscado através desses projetos, desses planos, desses programas.

Agora, como você disse, é uma construção coletiva, não dá para a Emplasa dizer ou para um município dizer de onde vai vir o recurso ou de que forma ele vai atender o município X ou Y. O plano vai buscar olhar para o território dessa metrópole e buscar novas centralidades, entender essas centralidades, o que está acontecendo ali e que tipo de programa caberia. O plano vai buscar isso e ele vai ter mais e mais qualidade à medida que haja maior participação e preparação para elaborá-lo.

Outra questão é saber como o plano poderá proteger as regiões ambientalmente frágeis. Vamos conseguir esse resultado através do plano? Não saberia lhe dizer, como é que vamos saber se esse plano vai ter condição, capacidade de proteger? Como eu falei antes, vai depender da qualidade desse plano, da qualidade dos programas que vão ser produzidos. Acho que, de antemão, não dá para afirmar se vai ser bom ou vai ser ruim.

Djalma: Nós temos medo, na verdade, viu Levy, é de falar da eficácia, se isso realmente vai funcionar, essa é a pergunta que nos queremos fazer, ou será mais um coelho que estamos tirando da cartola, ou será um grande truque do governo do estado, que os municípios criam pra tentar amenizar situações, problemas que vivenciamos todos os dias. Mas, fazendo uma reflexão sobre isso, foi interessante, porque quem cria o conceito de que dentro da região metropolitana, os municípios na verdade não participam diretamente, foi o próprio conceito histórico da marginalização e da constituição das Sub-regiões, por isso o nome Sub-regiões. Você dá um status importante para a Metrópole de São Paulo, mas nós temos que voltar à década de 60 e entender como é que as Sub-regiões foram formadas. As Regiões e as Sub-regiões foram formadas a partir de um processo de marginalização de estruturas sociais que não tinham condições de se estruturar em grandes centros urbanos.

Os planos diretores, a constituição jurídica, a *spiritus legis* da constituição jurídica, dos planos diretores, é dar um foco direcionado para o desenvolvimento dos municípios ou do município. Quando você fala em um plano de desenvolvimento, o que a gente pressupõe? Que, de alguma forma o governo federal, o governo estadual, os municípios, e vamos falar do PDUI, ele percebeu a marginalização. Ele entende que ou se desenvolve com equidade ou se desenvolve a partir do entendimento que você precisa desenvolver socialmente, e fazendo a divisão de recursos, distribuindo recursos, buscando formas de introduzir financiamento, ora, o PAC é isso na prática. Mas, infelizmente, você tem a destinação do dinheiro para o programa de aceleração e crescimento de municípios, mas, muitas vezes, o município é que não tem um plano diretor constituído. Isso é uma falha gritante. Aí você fala em questionar, a crescente ou os crescentes indicadores de ocupação humana que vai gerar concentração envolvida.

Aí, nós temos problemas de saneamento, nós temos violência concentrada, problemas de mobilidade, a falta de dignidade, muitas vezes na própria habitação, na dignidade da vida das pessoas. Quer dizer, ou se discute esse entendimento, eu acho que o Estado pensa um pouco nisso, porque senão não teria sentido criar um PDUI, não teria sentido

pensar num plano de desenvolvimento, cujo objetivo é a equidade do entendimento daquilo que é necessário, daquilo que é possível. E o que é que nós vamos financiar, porque se nós não estivermos aqui, Batista, enquanto sociedade civil, enquanto cidadãos que todos somos, para discutir o que é importante para região, e os outros 39 municípios, também farão essa mesma discussão, o que é importante para esses trinta e um outros municípios, porque aqui, outros estão representados e os outros 31 farão essa discussão, eu acho que não é futurologia, mas um início positivo. Não é perfeito, mas é o que esta sendo proposto.

E aí sim, uma reflexão crítica de que a participação, a divulgação muitas vezes ela não consegue acompanhar na verdade aquilo que seria necessário, que seria uma ampla divulgação, mais tempo, mais recurso, maior envolvimento, mas não é a realidade brasileira. Eu acho importante a questão que você levanta e eu acompanho de perto o seu trabalho, e sei a sua dedicação dentro do grupo técnico da habitação e a qualidade do seu trabalho, e eu acredito que a resposta da sua pergunta está nela mesma, no sentido de que, nós vamos conseguir avançar nesse tema de proteção ambiental, e efetivamente trazer essa proteção que você espera e coloca essa preocupação, através das propostas que nós vamos desenvolver e que vão subsidiar a elaboração da lei. Eu acho que, com propostas firmes nesse sentido, a lei tende a dar diretriz nessa linha, e aí sim, a gente conseguirá essa proteção

Então, tudo isso que você levantou é preocupante, é evidente que existe, é evidente que nós já estamos cansados de um monte de plano que existe e está na gaveta, mas isso não é uma coisa que nós estamos tirando da cartola, é uma lei e nós temos que fazer, e é importante que a gente faça. E vamos monitorar isso e vamos fazer com a maior qualidade possível. É essa a proposta.

Rodolfo Almeida: Sou presidente da Sociedade Ecológica Amigos de Embu e membro do Conselho do Cinturão Verde da Reserva da Biosfera da Cidade de São Paulo. Tive a oportunidade de presenciar a apresentação da Emplasa, no Conselho, onde foi demonstrada a seriedade técnica da empresa em analisar todos os dados, com o maior rigor e considerar no mapa da região metropolitana todas as unidades de conservação, todas as áreas de mananciais, todas as leis ambientais estão num grande vetor de proteção ambiental, além do fato dos limites da região metropolitana e do cinturão verde da reserva da biosfera.

Então, se o PDUI for desenvolvido, a partir do momento em que se considera todos os limites lógicos da ocupação urbana para que isso não agride o cinturão verde, os mananciais, a condição de vida na região metropolitana e o desenvolvimento econômico, social e moradia venha dentro dessas limitações, esse plano vai ser um plano harmônico, que vai vir a corrigir incoerências e injustiças de eventuais planos diretores de cidades, porque ele tem o poder de mudar planos diretores.

Então, a nossa preocupação é que, realmente, ele traga um pouco mais de coerência, para cada cidade não pensar só o que é bom para ela, o que ela deseja, almeja usar o

espaço do jeito dela e sim preservar o direito de todos a ter água, a ter ar, a ter uma condição climática estável. Então, acho que nesse sentido está bem encaminhado. A gente fica um pouco preocupado pelo fato da sociedade civil entrar tão tarde num plano que é tão corrido, com uma agenda tão apertada. Inclusive, eu cheguei a pedir para fazer a participação de grupos de trabalho, anteriormente, e me foi negado. Hoje em dia, isso é possível? A gente também ficou sabendo com pouca antecedência dessa audiência especificamente, e então agradeço a oportunidade de vocês virem aqui falar, rosto a rosto e gostaria só de protocolar uma proposta que a nossa cidade tem a respeito do plano. Obrigado!

Brígida: É claro que é possível. Aliás, os grupos de trabalho já avançaram um pouco nas discussões, mas você pode deixar seu registro dizendo que quer participar. Na próxima reunião do grupo de trabalho, a gente manda e-mail para você e você pode vir participar conosco aqui no Embu. Assim como, ficam todos convidados, aqueles que puderem participar das reuniões que ocorrem lá em São Paulo, dos diversos grupos de trabalho. Nós teremos prazer em informar as reuniões.

Fernanda: É claro que você é bem-vindo! A única questão que eu vou pedir para você é que consulte e utilize a plataforma. A melhor forma de você dar entrada na proposta é via plataforma. Acesse o site e coloque a sua proposta lá. É melhor do que eu receber, porque eu não tenho como dar entrada porque você tem que se identificar.

Marcelo Mota: Boa noite! Eu sou Marcelo Mota, da Prefeitura de Itapeverica da Serra, e faço parte da coordenação do PDUI. Quero esclarecer que o momento de dar entrada, de enviar sua contribuição, de acordo com o regimento do plano, seria na audiência regional. Nesse momento, como já foi orientado pela Fernanda da Emplasa, a sua proposta deverá dar entrada, no site www.pdui.sp.gov.br. Na plataforma, as propostas da sociedade civil serão levadas imediatamente para apreciação dos grupos de trabalho dentro da Emplasa.

É só uma questão de ordenamento, que já existe. A partir desse evento, começa a participação da sociedade civil, o que é importante, não somente pelo conhecimento, mas, também, pela informação que é trazida aqui hoje e estará sendo levada para os 39 municípios, durante os meses de abril e maio. Vamos fazer o cronograma da primeira e da segunda oficina. A segunda oficina será totalmente dedicada à sociedade civil. Eu só queria fazer um esclarecimento em cima do ordenamento que tinha sido aprovado. Obrigado!

Paulo Oliveira - Estamos aqui acompanhando todo o processo e essa audiência de hoje tem o propósito de ser informativa, de mobilização, e está sendo muito esclarecedora. Espero que ela surta muito efeito do ponto de vista de mobilização, notadamente para a questão do próximo passo, que são as oficinas e, futuramente, a audiência pública regional. O que devemos fazer agora é mobilizar os demais segmentos da sociedade civil para fazer parte do processo. Vamos mobilizar os segmentos de trabalhadores, de empresários e de ONGs, numa condição da gente

eleger os membros da nossa região para participação do processo. Existe também a Plataforma do PDUI, que pode ser acessada e é esclarecedora, trazendo importantes informações.

Fátima: Eu gostaria só de fazer uma observação em relação à educação e à saúde, que não vai ser abordada, e eu acho que, no que se refere a infraestrutura, o próprio filme de vocês fala da questão de mobilidade, das pessoas terem que se deslocar para estudar, se deslocar para ir aos hospitais e fala de criar centralidades. Então, no que diz respeito ao aumento de capacidade hospitalar, de centralização de cursos universitários, para que as pessoas não precisem se deslocar tanto e aumentar os problemas de mobilidade, de poluição atmosférica, eu acho que deve entrar. Não estou falando da questão de conteúdo escolar, e, ou de programas de saúde, estou falando da questão estrutural, muito obrigada!

Paulo: Eu quero levantar a mesma questão de ontem, na audiência de mobilização de São Lourenço da Serra, que é a questão da mineração na nossa Sub-região, onde temos na água uma grande riqueza, principalmente em água mineral. Eu considero que a nossa região tem uma riqueza muito grande e, principalmente, em termos de água mineral, e que pode gerar uma receita, e é de interesse da metrópole toda, e não só da nossa sub-região, não só do empresário da água mineral, mas de toda metrópole, até porque nossa metrópole, além do consumo da água, consome diversos outros bens minerais, que inclusive, já se começa a buscar em locais mais distantes, aumentando seus custos. A mineração na nossa região é muito interessante.

Aí, você tinha falado também da possibilidade, da existência daquelas audiências específicas, de alguns temas específicos, e este eu acho que é um deles porque a nossa região está dentro de uma área de proteção aos mananciais, sendo que quatro municípios estão integralmente nela, por exemplo, Embu, de 40% a 60% do território. Enfim, por ser uma área de preservação ambiental e de exploração da água mineral, que é um bem e um produto importante, ajuda o município na preservação e proteção.

As demais sub-regiões também possuem uma riqueza mineral, que hoje é explorada e com um poderio. Isso pode pender a balança mais para os outros municípios do que para nós e mais uma vez deixamos de ter investimento nesta sub-região. Então, quando é que poderia se dar estas audiências específicas? E onde? E em que momento? Porque eu não sei em que momento a gente vai conseguir discutir regionalmente esta questão específica de mineração, que é, no meu ponto de vista, muito importante. Eu não estou vendo espaço para esta discussão, quando é que ela poderia se dar?

Marcelo: Só adiantando, ontem, em São Lourenço, o Paulo colocou a mesma preocupação e a técnica da Emplasa Zoraide levou hoje para a coordenação a ideia de se fazer uma setorial, eventualmente sobre o ramo de mineração. Essa proposta já está colocada pela coordenação para as discussões setoriais. Provavelmente, vai gerar um grupo de trabalho, não lhe prometo, mas a discussão será em nível setorial.

Fernanda: Existem temas que são transversais, que tocam vários outros temas e o PDUI vai tratar disso, mas não de forma direta, porque existem as políticas setoriais que tratam especificamente disso. O PDUI vai se deter na criação das centralidades. Se entender que existe a necessidade da implantação de um hospital ou uma escola, o plano não vai se furtar a tratar disso, só não vai tratar como tema principal. Na Emplasa temos discutido muito essa questão de ter alguns eixos de atuação da questão metropolitana para resolver problemas que são metropolitanos, que são funções públicas de interesse comum, de forma a atender a lei. São alguns eixos onde esse plano deve trabalhar, sem prejuízo de acessar ou de apontar as questões que são transversais ao plano. Nesse caso, entra a questão da saúde e da educação.

Marcelo Mota: Num plano de desenvolvimento urbano integrado, a exemplo do que acontece com os planos diretores dos municípios, as questões da saúde e da educação são de certa maneira excluídas dos planos, por quê? Esses planos têm uma função, prioritariamente, de ordenamento territorial. É por isso que as questões de saúde e educação são tratadas em planos específicos em planos setoriais, acho que esse exemplo que já existe nos planos diretores, foi trazido para o Plano de Desenvolvimento Urbano e Integrado (PDUI).

Fernanda: Sou técnica da Prefeitura de Embu das Artes e tenho duas colocações. A primeira colocação é que os técnicos da mesa citaram que a questão de saúde é mais municipal. Eu, como técnica, discordo, porque os municípios estão buscando saúde e equipamentos públicos em outros municípios, então, eu não enxergo a questão de saúde pública como uma questão municipal. Já a segunda é a seguinte: inicialmente, qual foi o critério utilizado na definição dos eixos do PDUI para que se chegasse a esse ponto, para que se decidisse colocar educação e saúde em uma questão secundária, não no segundo plano, mas colocar à parte de toda essa discussão?

Fernanda: Os eixos do PDUI foram definidos a partir do que é a função pública de interesse comum. Isso está absolutamente definido, absolutamente listado, e se optou para que o PDUI olhasse para a questão do território; e os eixos são os eixos que são estruturadores desse território, essa é a questão, isso é que é o PDUI. Não que a questão da saúde e da educação não sejam importantes, não é disso que se trata e ninguém disse isso, e não é só, evidentemente, uma questão municipal, é claro que não. Apenas ela não é tratada nesse plano, só isso. O PDUI vai olhar para problemas que são estruturadores. Tem que ter a visão da metrópole, não apenas da região, tem questões que foram muito discutidas e estão no Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

Brígida: No PPA, a questão dos oito municípios desta sub-região é pensada de forma integrada e não isolada como nos anos 1970. Por exemplo: quando pensamos em mobilidade, eu tenho que imaginar que a rodovia BR-116 não é de interesse de apenas Taboão da Serra, nem do município do Embu, ela é uma ligação com o Paraná, com o eixo sul, então ela é muito maior., do que os municípios que estão aqui, por onde nós

temos esta sub-região. Então, nós temos que ter um olhar metropolitano, envolvendo todos os 39 municípios. É dentro deste parâmetro que nós temos que pensar os projetos, os programas, enfim, é isso que nós temos que ter para esta atividade.

Levy: Eu gostaria de finalizar minha fala com esse exemplo, que serve de esclarecimento do que está sendo colocado aqui. São Paulo está aprovando um empreendimento nas divisas com o nosso município, de 18 mil unidades habitacionais, que mais ou menos vai abranger em torno de 80 mil pessoas e pelo menos 20 mil carros numa grande área junto ao nosso município de Cotia e junto à rodovia Raposo Tavares. Os municípios são autônomos em suas escolhas, eles têm liberdade de se planejarem, porém, os problemas e os impactos que vão causar aos nossos municípios são enormes e não há um diálogo entre nós e sabemos como é importante a gente trabalhar em conjunto com os demais municípios.

Brígida: agradeceu a presença e a participação de todos e cumprimentou o Sr. Ovídio pelo seu empenho na realização da audiência municipal de mobilização. Agradeceu ao Legislativo pela cessão do espaço, a Fernanda e a toda equipe da Emplasa.

A técnica da Emplasa, Fernanda, ressaltou, também, que qualquer cidadão ou entidade pode acessar a Plataforma Digital do PDUI (www.pdui.sp.gov.br), nela se identificar e deixar a sua proposta. Também disse que workshops e audiências regionais debaterão, nos próximos meses, os conteúdos das propostas recebidas. Agradeceu aos presentes, que o tempo todo estiveram muito interessados no tema e na oportunidade de discussão de políticas públicas regionais e que fizeram perguntas de ordem teórica e prática. A sessão foi encerrada próximo às 22h.

Síntese da Audiência

- Abertura feita pelo Secretário Municipal de Planejamento do município de Embu das Artes, a quem coube a coordenação dos trabalhos.
- Composição da mesa: José Ovídio Peres Ramos, Secretário de Planejamento, Brígida S. C. Santos, do Consulti, Djalma G. Almeida, representante do Conisud, José Soares Marcondes, da PM de Embu-Guaçu, Fernanda de Cássia Araujo Costa, representante da Emplasa.
- Feitos esclarecimentos sobre o objetivo da Audiência Municipal de Mobilização e o envolvimento da Emplasa, da Prefeitura anfitriã e do Consulti no processo de mobilização e logística do evento. A Emplasa formatou e disponibilizou um kit de comunicação utilizado pelas prefeituras para mobilização de participantes da APM.
- Foi exibido um filme institucional de estímulo à participação nos debates públicos.

- A assessora de planejamento Fernanda de Cássia Araujo fez a apresentação contemplando:

1) As exigências da Lei 13.089/2015— Estatuto da Metrópole — com relação à elaboração do PDUI e com relação ao processo participativo (Audiências Municipais de Mobilização e Audiências Regionais). Informe de que audiências específicas serão realizadas sob demanda de setores organizados da sociedade civil.

2) Esclarecimento sobre a instância deliberativa, que será composta por 18 membros do Comitê Executivo do PDUI (voto ponderado) e 52 membros da sociedade civil, que validará as propostas do Plano antes de ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

- O debate, a partir das questões colocadas pelo público, abordou especialmente os seguintes aspectos: sugestão de maior divulgação para participação da sociedade, incluindo inserções em rádio e televisão; necessidade de preservação de áreas ambientalmente frágeis; origem de recursos para financiamento dos programas, projetos e ações advindos da execução do PDUI.

- Discutiu-se, ainda, os impactos ambientais em municípios da RMSP advindos da "desconcentração" do município de São Paulo, da "movimentação" existente dentro da metrópole e os consequentes impactos. Esclareceu-se que a Emplasa tem estudos específicos sobre demografia, transportes e meio ambiente, que estão sendo considerados nessa etapa de construção de propostas.

- Destacou-se a possibilidade de realização de oficinas específicas para alguns temas relevantes, sob demanda, a exemplo da questão da mineração, e a possibilidade dos cidadãos enviarem propostas por meio da plataforma digital do PDUI-RMSP.

Feitas as considerações finais, o coordenador José Ovídio Peres Ramos encerrou a audiência municipal de mobilização do município de Embu das Artes.